

FESTAS AFRO-CATÓLICAS EM SALVADOR, BAHIA, BRASIL  
*African-Catholic Festivals in Salvador, Bahia, Brazil*

Edilece SOUZA COUTO\*

Fecha de recepción: marzo del 2015

Fecha de aceptación y versión final: julio del 2015

RESUMO: Salvador, primeira capital do império português no Brasil, sempre teve uma vivência religiosa intensa e diversificada. O catolicismo tradicional (de raízes ibéricas, ritos medievais, leigo e devocional), implantado pelos colonizadores, recebeu influências das religiões indígenas e africanas. O resultado da elaboração religiosa e cultural do encontro de portugueses, índios e africanos é perceptível nas festas religiosas realizadas por brancos, negros e mestiços, de diferentes grupos sociais, reunidos em irmandades, ordens terceiras ou classes profissionais. Nas festas é difícil estabelecer as fronteiras entre o catolicismo e as religiões afro-brasileiras. Os ritos eram, e ainda o são, realizados nas igrejas e nos seus adros, nos mercados, na praia e no mar. Entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o poder público e a Igreja Católica realizaram ações conjuntas para coibir as manifestações dos adeptos do candomblé. Imbuída dos ideais de modernidade e civilização, a elite branca e letrada desejava desafrikanizar os festejos católicos. Nessa batalha venceu a religiosidade leiga, que burlou regras, promoveu adaptações e continuou a mesclar elementos católicos e das religiões de matriz africana em suas homenagens a santos e orixás.

PALAVRAS-CHAVE: Festas religiosas; Catolicismo; Ritos afro-brasileiros; Salvador-BA-Brasil.

ABSTRACT: Salvador, first capital of the Portuguese empire in Brazil, has always had an intense and diversified religious life. Traditional Catholicism (lay, devotional, with its Iberian roots and medieval rituals), implanted by the settlers, was influenced by Indigenous and African religions. The result of the religious and cultural blend deriving from the encounter of Portuguese, Indigenous and African people can be noticed in religious festivals held by white, black and mixed-race people from different social groups, which gather in brotherhoods, third orders or professional classes. In the festivals, it is difficult to define the frontiers between Catholicism and African-Brazilian religions. The rituals were and still are perfor-

---

\* Edilece SOUZA COUTO – Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis-SP, Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: edilece@ufba.br.

med in churches and their yards, in the markets, on the beach and in the sea. Between the end of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century, the government and the Catholic Church acted together to restrain the manifestations of candomblé devotees. Imbued with the modernity and civilization ideals, the white, literate elite wanted to de-africanize the Catholic festivals. In this battle, lay religiousness was the winner by breaking rules, fostering adaptations and blending Catholic and African religious elements in tributes to saints and orishás.

KEYWORDS: Religious festivals; Catholicism; African-Brazilian rituals; Salvador-BA-Brazil.

Salvador é muitas vezes exaltada por visitantes e estudiosos por ter sido a primeira capital do império português no Brasil, pela cultura e vivência religiosa mesclada de elementos europeus, indígenas e africanos. A cidade possui um extenso calendário de festas religiosas que denomino afro-católicas porque não são exclusivas do catolicismo ou das religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda. Embora a maior parte dos festejos seja organizada e patrocinada por grupos católicos e traga no nome a referência a um santo, na prática, podem ser observados vários elementos (música, dança, indumentária, objetos e rituais) afro-brasileiros. A única festa que traz no nome um orixá e que não tem nenhuma intervenção católica é a que acontece em 02 de fevereiro, denominada oficialmente de Festa de Iemanjá.

Esse artigo tem como principal objetivo traçar um panorama das festas religiosas de Salvador, promovidas pelas associações leigas católicas, entre o final do século XIX e o século XX, e suas inter-relações com os ritos afro-brasileiros. Quase todas as festividades têm suas origens no período colonial. Assim, por vezes, é preciso fazer referências aos momentos de oficialização do culto. O longo período se justifica pela necessidade de analisar as transformações nos significados dos festejos no decorrer das suas trajetórias. Apresento resultados parciais da pesquisa que realizo sobre o catolicismo leigo em Salvador. A documentação utilizada compreende relatos de viagem, crônicas escritas por participantes das festas e folcloristas, documentos do

arcebispado de Salvador (legislação eclesiástica, portarias e correspondências) e das associações leigas (compromissos, editais e programação das festas, livros de atas, etc.).

A intenção é analisar a vivência religiosa dos católicos reunidos nas associações leigas: irmandades e ordens terceiras. Elas têm como objetivos comuns promover o culto a um santo escolhido, com novenas, procissões e festas, e realizar a ajuda mútua entre os membros, chamados de irmãos. Porém, são distintas na estrutura de funcionamento. As irmandades são entidades promotoras dos laços de solidariedade, geridas por uma mesa administrativa, que até a proclamação da República no Brasil não tinha interferência clerical. Apesar do compromisso – documento que estabelecia as regras de admissão dos sócios, administração e normas para a oficialização do culto – ter obrigatoriamente a aprovação da autoridade eclesiástica, nos dias de festa, o padre era responsável apenas por celebrar a missa e ministrar os sacramentos. Enquanto que as ordens terceiras são associações fraternais que buscam conciliar as atividades religiosas com as responsabilidades familiares, mas são vinculadas às ordens religiosas regulares, sem a prática conventual<sup>1</sup>.

Na historiografia brasileira, geralmente, os estudos sobre as associações leigas tratam dos períodos colonial e imperial. Os pesquisadores discutem o funcionamento e a importância das irmandades e ordens terceiras enquanto espaços de culto, ajuda mútua e formação da identidade. Alguns trabalhos sobre as irmandades do século XVIII se tornaram clássicos e são importantes obras de referência sobre o tema. Riolando Azzi<sup>2</sup>, estudioso da História da Igreja Católica, no livro *O catolicismo popular no Brasil*, trata da vivência religiosa leiga no Brasil desde o processo de colonização e dedica um capítulo às “Confrarias: Irmandades e Ordens Terceiras”, no qual defende que o catolicismo praticado entre os confrades é luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar. Duas importantes obras analisam as associações católicas setecentistas de Minas Gerais: *Devoção e escravidão*, de Julita Sca-

---

<sup>1</sup> A.J.R. Russel-Wood, *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*, Ed. UnB, Brasília 1981; A. Garcez, *Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia*, EDUFBA, Salvador 2007.

<sup>2</sup> R. Azzi, *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*, Vozes, Petrópolis 1978.

rano<sup>3</sup>, e *Os leigos e o poder*, de Caio César Boschi<sup>4</sup>. Scarano destaca a importância do trabalho dos irmãos negros na construção das igrejas, desenvolvimento das devoções e as interligações entre fé, religião e escravidão, enquanto Boschi aborda o modo pelo qual o Estado absolutista canalizou, em seu favor, a força que as irmandades representavam no seio da sociedade mineira colonial.

A partir dessas obras, pesquisadores mineiros, principalmente aqueles vinculados aos programas de pós-graduação, têm publicado vários artigos e livros sobre as associações católicas em Minas Gerais na colônia e no império. Um estudo mais recente, resultado de uma dissertação de mestrado, aborda o papel das irmandades e da Igreja Católica no Rio Grande do Sul durante o século XIX. É o livro *Irmandades, Igreja e Devoção no Sul do Império do Brasil*, de Mauro Dillmann Tavares<sup>5</sup>. O autor analisa três irmandades de brancos, pardos e negros de Porto Alegre.

Na Bahia, são poucos os estudos específicos sobre as associações leigas, mas são trabalhos acadêmicos fundamentais para a compreensão do contexto baiano. Três obras se referem à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos às Portas do Carmo. Começando pelo século XVIII, destaco a tese de doutorado *Os Rosários dos Angolas*, de Lucilene Reginaldo. Trata-se de um estudo da irmandade negra, das experiências escravas e identidades africanas. Na dissertação de mestrado intitulada *Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia colonial*, Tânia Pinto realizou um estudo iconográfico dos santos negros cultuados pelos irmãos do Rosário. Por sua vez, Sara Farias, na dissertação *Irmãos de cor, de caridade e de crença*, analisa o funcionamento da irmandade até a sua passagem à condição de ordem terceira em 1900, quando em seu novo compromisso, a ideia de caridade cristã se transformou em noção de direito<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> J. Scarano, *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, Editora Nacional, São Paulo 1978.

<sup>4</sup> C.C. Boschi, *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora*, Ática, São Paulo 1986.

<sup>5</sup> M.D. Tavares, *Irmandades, Igreja e Devoção no Sul do Império do Brasil*, Oikos, São Leopoldo 2008.

<sup>6</sup> L. Reginaldo, *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista*, Tese (Doutorado em História), Universidade Esta-

A historiadora Angelina Garcez escreveu um livro sobre a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, fundada em Salvador no ano de 1635 e ainda atuante. A autora discorre sobre a consolidação e o funcionamento da ordem terceira. Considera que fatores internos, como o fracionamento da ordem primeira em Franciscanos, Capuchinhos, Conventuais e Terceiros Regulares, e a clericalização, ou seja, o maior domínio dos franciscanos sobre os irmãos leigos, criou uma relação de dependência, dificultou a entrada de novos membros e provocou o declínio das atividades leigas durante o império. Afirma que no regime republicano, apesar da separação entre a Igreja e o Estado, houve uma restauração da Ordem Franciscana e renovação da ordem terceira a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), que conclamava os leigos e assumir a sua missão no mundo da Igreja<sup>7</sup>.

Esses são resultados de pesquisas específicas sobre as irmandades e ordens terceiras. Porém, não podemos negligenciar a contribuição do historiador João José Reis<sup>8</sup> por meio do livro *A morte é uma festa*. Para estudar uma revolta contra um cemitério construído por uma empresa privada, o autor se deteve na análise das atitudes dos baianos em relação à morte e aos ritos fúnebres. Oferecer um enterro cristão e realizar os sufrágios para a salvação da alma era responsabilidade das associações leigas e por isso o autor dedica grande parte da pesquisa ao seu funcionamento. Buscou, então, uma compreensão mais ampla da relação entre o poder político, a Igreja Católica e os leigos.

Das obras comentadas acima, apenas o livro de Angelina Garcez estende sua pesquisa até o século XX. Portanto, os estudos sobre as irmandades baianas, tratam da fase áurea do catolicismo leigo e não analisam os fatores que levaram ao declínio e a extinção de muitas irmandades nem as re-

---

dual de Campinas, Campinas 2005; T.M.J. Pinto, *Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia colonial*, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2000; S.O. Farias, *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia: séc. XIX*, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 1997.

<sup>7</sup> A. Garcez, *Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia*, EDUFBA, Salvador 2007.

<sup>8</sup> J.J. Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, Companhia das Letras, São Paulo 1991.

sistências, adaptações e reformulações que possibilitaram a permanência e vigor de algumas até a atualidade.

## A CIDADE DO SALVADOR

Além da vivência religiosa, a diversidade também está presente na geografia de Salvador, com uma falha geológica que divide a cidade em alta e baixa. Até meados do século XX, era uma cidade cheia de distritos e regiões quase rurais. Diverso foi o seu próprio nome. Ao todo seis denominações provenientes da combinação do primeiro nome, São Salvador da Bahia de Todos os Santos, dado por Américo Vespúcio à baía encontrada em 1503. A Capitania, a Província e o Estado sempre foram denominados Bahia, mas a capital foi chamada de São Salvador, São Salvador da Bahia de Todos os Santos, Salvador da Bahia, Bahia, Bahia de Todos os Santos e, finalmente, Salvador.

Até o século XIX, o Brasil e a Bahia eram pouco conhecidos por europeus e norte-americanos. A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, possibilitou o incentivo para a realização de viagens de exploração, muitas delas de caráter científico, especialmente para que cientistas, artistas, religiosos e viajantes estrangeiros conhecessem a fauna e a flora tropicais. Esses viajantes escreveram e publicaram diários, que apesar dos equívocos provocados pelo desconhecimento linguístico e cultural e demonstrarem estranhamento, preconceitos raciais e culturais, são obras fundamentais para entendermos quais os seus olhares sobre o Brasil.

Destaco três viajantes que estiveram na Bahia na segunda metade do século XIX e nos deixaram registros, por meio de diários, desenhos e pinturas, que compõem um panorama dos costumes da população baiana. O médico alemão Robert Avé-Lallemant esteve em Salvador no verão de 1859 e participou de duas festas, uma de caráter real, pelo aniversário do imperador D. Pedro II, comemorado no dia 02 de dezembro e outra, religiosa, no dia 8 do mesmo mês em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do império português e do Brasil; o austríaco Ferdinando Maximiliano

José, mais conhecido como Maximiliano de Habsburgo, aportou em Salvador em 1860. Provavelmente foi o mais ferrenho crítico do catolicismo baiano. Acompanhou o cortejo da festa ao Senhor do Bonfim, de cuja experiência deixou uma descrição detalhada, que analisaremos adiante; um relato muito interessante é o do vice-cônsul da Inglaterra James Wetherell, pois sua estadia na cidade durou 15 anos, de 1842 a 1857, portanto teve muitas oportunidades de observar e anotar os costumes da população.

A primeira impressão dos viajantes que aportavam em Salvador era de deslumbramento. Em seus relatos, ressaltaram a exuberância da paisagem tropical e a excelente posição da cidade às margens da Baía de Todos os Santos. Maximiliano de Habsburgo, ao avistar a Bahia, em julho de 1860, escreveu que estava “de coração alegre”, vivendo “(...) um desses momentos felizes em que, em meio à alegria, surge o pesar de não percebermos tudo, de não gravarmos tudo na memória”<sup>9</sup>. E acrescentou:

Todo o navio encontrava-se em febril alvoroço. Estávamos às portas do paraíso e ansiosos pela entrada, com uma impaciência indescritível, quase infantil. Hoje era o dia em que o sonho, acalentado durante anos, de pisar o solo tropical da América, se deveria realizar<sup>10</sup>.

Geralmente, o deslumbramento durava pouco. Após o desembarque na cidade baixa, os diários apresentam duras críticas. As ruas estreitas, irregulares, sujas, com esgotos nos quais se lançavam todos os dejetos, de péssimo calçamento e mal iluminadas, tiravam a boa impressão do primeiro olhar. Os visitantes desembarcavam na parte mais movimentada da cidade, onde eram realizadas as principais atividades comerciais e se localizavam dois grandes mercados: Santa Bárbara e São João. Ali também existem dois importantes centros religiosos: as igrejas de Nossa Senhora da Conceição da Praia e de Nossa Senhora do Pilar. No bairro da Praia, como era chamado, foram construídos os prédios da Alfândega, do Celeiro Público, do Arsenal da Marinha, da Bolsa de Mercadorias e diversos armazéns, mercados e lojas.

Na profusão de bazares, organizados ou improvisados, expunha-se toda sorte de mercadorias, desde os produtos de exportação – açúcar, aguar-

<sup>9</sup> M. Habsburgo, *Bahia, 1860: esboços de viagem*, Tempo Brasileiro/Fundação Cultural do Estado da Bahia, Rio de Janeiro/Salvador 1982, p. 69.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 75.

dente, algodão, fumo, piaçava, café e cacau – aos importados da Europa – tecidos, sapatos, ferramentas, utensílios domésticos, cerveja, farinha de trigo, vinho, manteiga, azeite, bacalhau – aos escravos africanos. Mas a rua era também lugar de comer e beber. As mulheres estavam com os seus fogareiros sempre acesos, preparando bolo, mingau, peixe frito e carne de baleia, além de diversos pratos da cozinha afro-brasileira. Vendiam-se ainda diversos tipos de frutas e animais. Segundo James Wetherell:

De manhã, ao se passar pelas ruas da Cidade Baixa, o nariz do transeunte é assaltado por uma profusão de cheiros, que positivamente não têm a ver com os da “Arábia bem-aventurada!” De todo lado as atividades culinárias dos pretos estão em andamento (...) formam mais um prato que exala o mesmo cheiro execrável<sup>11</sup>.

Os viajantes reclamavam da sujeira e dos odores, mas não dispensavam uma caminhada pelo distrito comercial. Maximiliano de Habsburgo fez uma visita ao mercado e declarou ter sido “um passeio muitíssimo interessante”.

Quando se entra no mercado, fica-se, como no bazar do Cairo, atordoado, extasiado. Não se sabe para onde olhar primeiro, se para os vendedores ou para as mercadorias; se a atenção deve ser dedicada primeiramente às plantas ou aos animais. Quando se quer deter-se um pouco diante de um objeto, a pessoa se vê rodeada, imediatamente, pela multidão negra, que tagarela à nossa volta, com seus tons guturais, de tal forma que não é possível uma apreciação cuidadosa<sup>12</sup>.

Ao final do dia de trabalho pesado os baianos enfrentavam os difíceis caminhos para retornar às suas casas e chácaras. Uma parte da população precisava subir as íngremes ladeiras da Preguiça, Conceição, Misericórdia e Taboão, ou as escadarias de acesso à cidade alta. Outras pessoas dirigiam-se para o norte em direção ao Bonfim e à península de Itapagipe. Os primeiros bondes puxados por cavalos só surgiram em 1870. Nesse período a cidade baixa teve a sua primeira linha de bonde, fazendo a ligação entre as freguesias da Penha, Conceição da Praia e Pilar. O famoso elevador, construído pelo comerciante Antônio de Lacerda, começou a transportar os trabalhadores até a freguesia da Sé em 1873. Antes desses melhoramentos, os escravos e os mais pobres faziam o trajeto entre os dois planos a pé, e os

<sup>11</sup>J. Wetherell, *Brasil: apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857*, Banco da Bahia, Salvador 1972, pp. 99-100.

<sup>12</sup>M. Habsburgo, op. cit., p. 138.

senhores ricos, fazendeiros e negociantes eram transportados nas cadeiras de arruar, espécie de liteira carregada nos ombros dos escravos por meio de um varal de sustentação.

A cidade alta funcionava como bairro administrativo e residencial, reunindo cinco freguesias: Sé, Santo Antônio Além do Carmo, Santana, São Pedro e Paço. Na Sé estavam localizados os principais edifícios públicos e religiosos: Câmara Municipal, Tribunal da Relação, Casa da Moeda, Palácio do Governo e Faculdade de Medicina, assim como a Santa Casa de Misericórdia, Catedral e outras igrejas. Ali residia a maior parte das famílias ricas, formadas por senhores de engenho, comerciantes, funcionários civis e eclesiásticos. Mas os pobres – artesãos livres, escravos e libertos – também habitavam essa parte da cidade. Os brancos moravam nos andares mais altos dos sobrados, enquanto os negros ocupavam os subsolos. Essa população pobre dedicava-se ao artesanato, comércio ambulante, transporte de cadeiras e à lavagem de roupa.

A cidade alta era considerada a área mais limpa e arejada. Porém, eram constantes as reclamações relativas ao péssimo calçamento das vias públicas. Segundo Wetherell,

A pavimentação das ruas é das piores: enormes pedras intercaladas com pequenas, sem a menor regularidade, por vezes juntas e apertadas, por outras quase soltas, tornam perigosa qualquer caminhada. Uma vez estragadas, as ruas parecem nunca ser consertadas, ficando assim condenadas a se tornarem, com o decorrer do tempo, quase intransitáveis<sup>13</sup>.

Os ricos comerciantes, especialmente os estrangeiros, preferiam construir suas casas em freguesias mais distantes, como a Vitória, quase rural. Saindo da aristocrática Vitória, era possível fazer passeios e piqueniques nos povoados mais distantes, como São Lázaro, Barra, Rio Vermelho, Matatu e Cabula.

Entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, Salvador, seguindo uma tendência europeia e também das maiores cidades brasileiras, passou por muitas mudanças urbanas. Havia no Brasil a concepção de que a República representava a modernidade e o progresso, enquanto o regime monárquico era associado ao atraso e à barbárie da escravidão.

---

<sup>13</sup> J. Wetherell, *op. cit.*, pp. 19-20.

Vivia-se a fase das grandes inovações científico-tecnológicas como a eletricidade, a velocidade (dos automóveis, bondes elétricos, navios a vapor, ferrovias e dirigíveis), e novos meios de comunicação (rádio, telégrafo e telefone). Os grandes centros urbanos deveriam acolher essas tecnologias. Para isso era imprescindível abrir novas vias e alargar as antigas, instalar fios e cabos elétricos. Os melhoramentos urbanos da década de 1870 seriam intensificados, principalmente durante os dois mandatos do governador José Joaquim Seabra (1912-1916 e 1920-1924).

Com o objetivo de abandonar as referências coloniais de Salvador e transformá-la numa capital moderna e civilizada, políticos, médicos, sanitaristas, engenheiros e clérigos apoiaram o projeto do governador. Acreditavam que era preciso realizar intervenções urbanas para alargar ruas e avenidas, para a melhor circulação dos bondes e derrubar antigos casarões em ruína. Porém, entre as edificações seculares, estavam as igrejas, que também não foram poupadas de cortes ou demolições. A principal obra do projeto modernizador era a abertura de uma via, que teria início no distrito da Sé e final no arrabalde do Rio Vermelho, ou seja, uma avenida que atravessaria toda a cidade. A obra gerou críticas e protestos, principalmente dos monges beneditinos e dos leigos reunidos em irmandades e ordens terceiras, pois previa a destruição de parte da igreja do Mosteiro de São Bento e da Igreja de São Pedro Velho.

O abade beneditino Majolo de Caigny organizou as principais manifestações contrárias às demolições. Ele escreveu manifestos e os publicou nos principais jornais da cidade, escreveu e distribuiu panfletos e organizou um número especial da revista feminina *A Paladina do Lar*<sup>14</sup> com textos dedicados a discussão do projeto de demolição do mosteiro. Seus protestos, pelo menos em parte, foram vitoriosos, pois o mosteiro perdeu apenas a varanda lateral. O mesmo não aconteceu com dois importantes templos dos distritos de São Pedro e da Sé, respectivamente, a Igreja de São Pedro Velho e a catedral da Sé. O projeto modernizador previa a demolição das duas igrejas, pois estavam localizadas no meio do caminho por onde passariam duas novas vias. A primeira impedia a abertura da Av. Sete de Setembro e a se-

---

<sup>14</sup> M. Caigny, *A Paladina do Lar*, no.º9, Typographia Benedictina, Salvador 1912.

gunda a instalação da linha de bonde que se estenderia da Rua da Misericórdia ao Terreiro de Jesus.

A Igreja de São Pedro velho foi construída em 1785 e localizava-se próximo ao Mosteiro de São Bento, bem no centro da nova avenida. Sob protestos das irmandades, a igreja foi desapropriada e derrubada, em 1913. A única reação do arcebispo Jerônimo Thomé da Silva foi exigir a construção de um novo templo, num terreno situado na esquina da Praça da Piedade com a Av. Sete de Setembro, inaugurado em 1917. Já a Igreja da Sé, construída em 1552, foi um dos mais importantes templos do Brasil, afinal, acolheu o primeiro bispo, Dom Pero Fernandes Sardinha. Foi, ainda, fortaleza militar durante a invasão holandesa e local de batizado, casamento e sepultura de muitos baianos. Os leigos, reunidos em várias irmandades nos seus altares laterais, custeavam as despesas, como os reparos do interior, adro e praça, e mantinham o fervor do catolicismo, com suas novenas, procissões e festas. A resistência leiga contribuiu para a preservação da Sé até 1933, quando foi demolida<sup>15</sup>.

As intervenções urbanas não se restringiam apenas a cidade alta. A área comercial da cidade baixa, especialmente a parte portuária e os distritos da Conceição da Praia e Penha, foi modificada. A Igreja do Corpo Santo foi a que mais sofreu cortes para facilitar o alargamento de ruas. Já o distrito da Penha não foi prejudicado pelo urbanismo demolidor. Pelo contrário, recebeu melhorias de infraestrutura e arquitetônicas que facilitaram o acesso ao arrabalde nos dias de festas e embelezavam a Igreja do Bonfim e os arredores com recursos angariados entre os irmãos, a realização de loterias e verbas da intendência. A Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim acumulou um considerável patrimônio, desde a sua fundação, em 1745. Ainda no século XVIII construiu a igreja, as casas dos romeiros e a casa do juiz da irmandade com recursos próprios. Em 1798, a Devoção mandou construir a estrada (atual avenida) dos Dendezeiros. Porém, a maioria dos melhoramentos urbanos aconteceu no final do século XIX. Em 1863, foi construído um chafariz; em 1865, o Largo do Bonfim foi ampliado e recebeu calçamen-

---

<sup>15</sup> W.F. Oliveira; E.S. Couto, *Colégio Antônio Vieira, 1911-2011: vidas e histórias de uma missão jesuíta*, EDUFBA, Salvador 2011, pp. 63-71.

to e o adro foi cercado por um gradil de ferro; em 1873, parte da fachada e a nave da igreja foram revestidos com azulejos portugueses; em 1886, foi construída uma muralha de contenção<sup>16</sup>.

O Bonfim, a Barra e o Rio Vermelho chegaram ao século XX com características de arrabaldes, estações de veraneio e locais de peregrinação para os moradores de Salvador. A população que habitava esses lugares era formada principalmente por pescadores, que viviam da pesca, da lavoura de subsistência e do artesanato. A procura pelas casas de campo aumentava no verão, principalmente na proximidade das principais festas religiosas. Manuel Querino assim descreveu essa estação:

A passagem da festa nos arrabaldes ou à beira-mar era um encanto assaz delicioso e pitoresco, pois se trocava o bulício da cidade pela solidão campesina. Sob o teto de frondosas mangueiras, acotovelavam-se os passantes. Os banhos de mar, às frescas horas da manhã, a abundância e diversidade dos frutos, as refeições ao ar livre, as chulas e trovas, preludiadas ao som do violão, tudo isso aumentava a sofreguidão em se abandonar a cidade<sup>17</sup>.

Porém, os alegres festejos campestres também eram vistos com desconfiança pelos defensores do progresso e da moralidade. O projeto modernizador assumiu dimensões sociais, culturais e religiosas. Acreditava-se que para civilizar era necessário modificar e controlar o uso do espaço urbano, promover a moralização dos costumes e a desafricanização das ruas. Prefeito, governador, polícia, arcebispo, párocos e jornalistas estavam empenhados em acabar com a mendicância, o comércio informal (principalmente de alimentos de origem africana), os cultos católicos com influências africanas e indígenas e as diversas festas e manifestações lúdicas. Assim, o arcebispo, por meio de portarias e textos divulgados nos jornais religiosos, ditava regras de comportamento e vida religiosa.

---

<sup>16</sup> J.E.F. de Carvalho Filho, *A devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua História*, Typographia de São Francisco, Salvador 1923.

<sup>17</sup> M. Querino, *A Bahia de outrora*, Progresso, Salvador 1946, p. 185.

## DEVOÇÕES E FESTAS

O catolicismo na cidade do Salvador colonial foi marcado pelas características medievais, raízes ibéricas, leigo e de profunda devoção aos santos. As procissões e festas poderiam ser organizadas, custeadas e realizadas pelo poder público (Câmara Municipal), ordens religiosas, irmandades, ordens terceiras ou associações profissionais. Os ritos católicos tinham por principal finalidade a evangelização e a catequização de índios, africanos e seus descendentes. Entretanto, as mais pomposas festas eram patrocinadas pelas irmandades e ordens terceiras, associações leigas para o culto aos santos, organizadas no Brasil a partir de critérios sociais ou de cor para a admissão dos irmãos.

As festas religiosas brasileiras apresentam elementos de diferentes crenças. Na Bahia, principalmente do catolicismo e do candomblé. Os estudiosos das religiões de matriz africana utilizam diversos conceitos, desde mistura, dualidade, justaposição, associações e equivalência de divindades (Nina Rodrigues) e sincretismo (Artur Ramos), para analisar as heranças africana e portuguesa na cultura e religião no Brasil. Antropólogos e historiadores atuais reelaboram esses conceitos. Nas devoções e festas é impossível determinar as fronteiras entre o sagrado e o profano; erudito e popular; obrigação e brincadeira. Essas categorias, aparentemente opostas, podem ser observadas em simultaneidade. O termo sincretismo dá a ideia de superioridade e pureza de uma das crenças. No caso baiano, acreditava-se que o catolicismo, como religião de estado, era predominante, e que os africanos e seus descendentes foram responsáveis por incluir elementos das suas religiões de origem, promovendo uma degeneração da religião oficial. O conceito de sincretismo foi, aos poucos, sendo substituído por hibridismo cultural e complementariedade. O antropólogo Sérgio Ferretti<sup>18</sup>, estudioso das festas do tambor de mina no Maranhão, avalia que as categorias sagrado/profano, obrigação/brincadeira estão inter-relacionadas e são complementares.

---

<sup>18</sup> S. Ferretti, “Estudos sobre festas religiosas populares”, em: L. Rubim, N. Miranda (org.), *Estudos da festa*, EDUFBA, Salvador 2012.

Ao analisar as festas religiosas da Bahia, compreendo os elementos católicos e africanos também como complementares. Apesar dos fiéis demonstrarem conhecimento das diferenças entre santos, orixás, enquiques, voduns e caboclos que fazem parte de religiões distintas. Porém, no momento festivo, durante a procissão, o banho de cheiro, a lavagem das escadas do templo, no uso dos amuletos e das imagens e na oferta de alimentos da culinária afro-baiana, esses elementos não se isolam, não estão em campos distintos, pelo contrário, ocupam o mesmo espaço e se complementam. A complementariedade de crenças pode ser observada principalmente nas homenagens a Santa Bárbara – Iansã e ao Senhor do Bonfim – Oxalá. Por isso, darei ênfase a essas duas festividades.

Até 1828 a Câmara Municipal de Salvador tinha a obrigação de custear e realizar as seguintes solenidades: Festa da Aclamação de Dom João IV (1º de dezembro), Santo Antônio de Arguim (4º domingo do advento), São Sebastião (20 de janeiro), São Felipe e Santiago (1º de maio), São Francisco Xavier (10 de maio), São João Batista (24 de junho), Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel (02 de julho), Anjo Custódio (3º domingo de julho), São Francisco de Borja e Patrocínio de Nossa Senhora (10 de outubro) e Corpus Christi (11 dias após o domingo de Pentecostes)<sup>19</sup>. Desses dez festas, duas eram comemorações da corte portuguesa: Festa da Aclamação de Dom João IV e Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel; três em honra de patronos de ordens religiosas: Santo Antônio de Arguim (Franciscana) e São Francisco Xavier e São Francisco de Borja e Patrocínio de Nossa Senhora (Companhia de Jesus); as outras eram festas religiosas comuns ao império português.

Entretanto, as festas reais ou dos patronos de ordens religiosas não atraíam a piedade e a participação de toda a população, especialmente das classes menos favorecidas. Os fiéis preferiam glorificar as diferentes invocações de Jesus e Maria e os santos para causas urgentes: Santa Bárbara contra as trovoadas e tempestades; Santa Luzia para curar os olhos; São Brás, para a garganta; São Sebastião, São Roque e São Lázaro, contra as pestes;

---

<sup>19</sup> J.S. Campos, *Procissões tradicionais da Bahia*, 2ª edição revista, Conselho Estadual de Cultura, Salvador 2001.

São José, para pedir chuva; São Gonçalo, para casar; Santo Antônio, para encontrar objetos perdidos e Santana, para proteger a família. Esses recebiam festas espetaculares, organizadas pelas famílias, irmandades, ordens terceiras ou grupos profissionais com pouca ou quase nenhuma intervenção dos governantes e da Igreja.

Muitas irmandades foram formadas na Bahia colonial, a partir dos critérios sociais e de cor. Assim, os portugueses e brasileiros brancos se reuniam nas irmandades da Misericórdia, do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Conceição da Praia e do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Tinham funções diferentes: a primeira era de caridade, atendendo principalmente aos pobres, deficientes físicos, prisioneiros, jovens órfãos e crianças enjeitadas, providenciando também enterros cristãos para indigentes e escravos; a segunda era destinada ao culto do Santíssimo Sacramento da Eucaristia, realizando a procissão anual de Corpus Christi; a terceira foi formada para reverenciar a padroeira do império português e do Brasil; e, por último, a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, desde 1750, promove o culto ao Jesus crucificado.

Os africanos e seus descendentes também se reuniam em irmandades. Utilizavam o critério de nação e se agrupavam da seguinte forma: angolanos e congolezes formavam a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (igreja da freguesia do Paço, atual Pelourinho); os daomeanos reuniam-se na Irmandade de Bom Jesus das Necessidades e Redenção (Capela do Corpo Santo, na cidade baixa) e as mulheres nagô-yorubá fundaram a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (Igreja da Barroquinha). Os negros nascidos no Brasil formavam a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios (altar lateral da Igreja da Conceição da Praia). Os pardos, por sua vez, reuniam-se nas irmandades do Bom Jesus da Cruz (Igreja da Palma), Bom Jesus da Paciência (Igreja de São Pedro) e Nossa Senhora Conceição do Boqueirão (na igreja de mesmo nome).

O primeiro culto a ser implantado no Brasil pelos colonizadores foi o de Nossa Senhora da Conceição, quando, em 1549, o governador Tomé de Souza desembarcou as margens da Baía de Todos os Santos com duas imagens: Nossa Senhora da Ajuda e Nossa Senhora da Conceição. Mandou construir uma pequena capela de taipa à beira-mar, chamada Igreja de Nossa

Senhora da Conceição da Praia. No século XVIII, um templo erguido com pedras portuguesas se transformou na sede da freguesia e abrigava a irmandade dos portugueses. O culto era, portanto, aristocrático. No dia 08 de dezembro, os irmãos, com a presença de outras irmandades convidadas, festejavam a mãe de Cristo com missas, procissão, foguetório e banquete<sup>20</sup>.

Porém, as autoridades políticas, o clero regular, as irmandades e ordens terceiras não foram os únicos responsáveis pelas festividades religiosas. Muitas vezes, grupos de determinadas profissões se responsabilizavam pelo culto de seus padroeiros sem nenhuma intervenção da Igreja. Em torno de uma imagem presente em um nicho de rua ou de um mercado, se desenvolvia o culto e a festa. A festa de Santa Bárbara é um bom exemplo de homenagem que se expandiu independentemente do clero. O culto a Mártir teve início em Salvador, no século XVII, por iniciativa de um casal português, Francisco Pereira Lago e Andressa Araújo. Eles compraram um imóvel e um terreno à Rua Portugal, na cidade baixa, e estabeleceram vários pontos comerciais que funcionavam em regime de aluguel. No mesmo espaço, construíram uma capela para Santa Bárbara.

O dia 04 de dezembro é data importante para os soteropolitanos cultuarem Santa Bárbara e Iansã. Do século XVII ao XIX, os comerciantes e trabalhadores do Mercado de Santa Bárbara levavam a imagem da Mártir em procissão até a Igreja do Corpo Santo ou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, onde era realizada a missa. No final do século XIX, em função de vários incêndios ocorridos na área comercial, os comerciantes foram, aos poucos, se transferindo para um novo mercado na Baixa dos Sapateiros, que funcionava desde 1º de março de 1874 e também recebeu o mesmo nome. A imagem foi trasladada para o novo espaço comercial em 1912, e a partir dessa data, a missa era celebrada na Igreja do Paço, cidade alta<sup>21</sup>.

Na década de 1980, a parte litúrgica foi assumida pela Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo (antiga Irmandade do Rosário dos Pretos), localizada no Pelourinho, onde atualmente acontece

---

<sup>20</sup> E.S. Couto, *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*, EDUFBA, Salvador 2010, pp. 108-109.

<sup>21</sup> A. Félix, "Todos hoje ao mercado de Santa Bárbara, pois é dia de Iansã", *Jornal da Bahia*, p. 1, 04 dez., Salvador 1968.

a missa e de onde parte a procissão em direção ao Corpo de Bombeiros e ao mercado. A mudança no espaço de devoção em nada atrapalhou a permanência da festa. Durante a missa e a procissão, mulheres ligadas ao candomblé – mães e filhas de santo – vestem blusas e saias bordadas em vermelho e branco (cores de Iansã e Santa Bárbara) e carregam turbantes na cabeça. Toda essa indumentária está relacionada aos cultos afro-brasileiros. Após retorno da imagem da santa para a igreja, os fiéis realizam rodas de samba e participam do banquete com comida da culinária afro-baiana, principalmente caruru e acarajé, alimentos rituais de Iansã.

A devoção ao Jesus crucificado também se desenvolveu na colônia. Entre 1719 e 1783 foram criadas sete irmandades desse culto exteriorizado por meio das procissões realizadas entre a Quaresma e a Páscoa, momentos de reatualização das dores do filho de Deus para a salvação da humanidade. Os cortejos percorriam as ruas de Salvador, com encenações dramáticas do sofrimento, da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Essas irmandades estavam divididas pelos critérios de nação e cor. Uma dessas associações era de africanos jeje: Bom Jesus das Necessidades e da Redenção; duas eram de homens pardos: Bom Jesus da Cruz e Bom Jesus de Paciência; uma de crioulos: Bom Jesus dos Martírios; duas de brancos: Bom Jesus dos Navegantes e Senhor Bom Jesus do Bonfim; uma era formada pelos moradores da rua do Tingui, freguesia de Santana: Bom Jesus dos Passos dos Humildes. Essas irmandades, a Ordem Terceira dos Carmelitas do Boqueirão e a Ordem Terceira do Carmo participavam das missas e realizavam as procissões dos passos, da via sacra, do encontro das imagens de Cristo carregando a cruz e Maria, e do enterro do Senhor. Completavam o ciclo da encenação das dores de Cristo e Maria, duas irmandades, Nossa Senhora das Angústias e Nossa Senhora da Boa Morte, com representações do enterro e da assunção da Virgem<sup>22</sup>.

Três dessas irmandades – Bom Jesus das Necessidades e da Redenção, Bom Jesus dos Navegantes e Senhor Bom Jesus do Bonfim – tinham

---

<sup>22</sup> E.S. Couto, “Viver e morrer entre irmãos: as irmandades e ordens terceiras de Salvador - BA”, *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano VI, no. 18, vol. 06, Janeiro de 2014, p. 6, disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/22831/-12832> (consultado em: 15.03.2015).

suas sedes, respectivamente, nas igrejas do Corpo Santo, da Boa Viagem e do Senhor do Bonfim – construídas na cidade baixa, portanto, ao longo da Baía de Todos os Santos, nas proximidades de cais, ancoradouros e porto. Ou seja, a escolha dessas localidades para o desenvolvimento das devoções ao Jesus crucificado demonstra a intensa participação dos homens do mar (capitães, traficantes de escravos, comerciantes, marinheiros ou trabalhadores do porto) na vivência religiosa. Todos tinham ligação com o transporte de mercadorias. Pediam ao Cristo crucificado que suas viagens e transações comerciais chegassem a um bom fim.

A freguesia da Penha abrigava duas importantes festas e era a região mais distante da área central da cidade baixa. Era habitada por pescadores, carpinteiros, alfaiates, costureiras, ganhadeiras, lavadeiras e vendedoras de mingau. Mas era também estação de veraneio das famílias abastadas de Salvador e atraía visitantes e romeiros das cidades do recôncavo baiano e das ilhas da Baía de Todos os Santos. Portanto, além da vivência religiosa, o período das festas dos padroeiros era propício à sociabilidade e aos divertimentos.

A festa do Bom Jesus dos Navegantes ainda acontece todos os anos em 01 de janeiro. A origem da irmandade é imprecisa, mas é certo que desde o século XVIII, os irmãos se reúnem na Igreja da Boa Viagem para cultuar o Jesus crucificado. As celebrações começam em 27 de dezembro, faz-se a procissão marítima no dia 01 de janeiro e terminam no primeiro domingo do ano com uma missa e cortejo terrestre. Jesus e duas invocações marianas: Nossa Senhora da Boa Viagem e Nossa Senhora da Conceição, são os personagens centrais dos festejos. No dia 31 de dezembro, a imagem do Crucificado é levada para a Igreja da Conceição da Praia. No dia 01 de janeiro, os devotos navegam até o cais próximo ao referido templo. As imagens de Jesus e Nossa Senhora da Conceição são embarcadas e o cortejo marítimo retorna para a praia da Boa Viagem, onde a imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem espera pelo seu filho.

Ainda no mês de janeiro, outra grande manifestação religiosa toma as ruas da cidade baixa. Nesse momento acontece a festa de maior devoção dos baianos em honra do Senhor do Bonfim. O culto se expandiu a partir da fundação da irmandade em 1745. O português Theodózio Rodrigues de Faria

(capitão de mar e guerra e traficante de escravos) trouxe de Setúbal – Portugal, local do seu nascimento, para Salvador uma imagem do Crucificado em comprimento de promessa por ter realizado inúmeras viagens transatlânticas sem prejuízos e salvo das tormentas. Juntamente com outros portugueses, fundou a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, que começou suas atividades religiosas na Igreja da Penha. Em 1746, a irmandade começou a construção da igreja na colina de Mont Serrat, que passou a se chamar colina do Bonfim, na península do Itapagipe. A transladação da imagem para a nova capela se deu no dia de São João (24 de junho) de 1754, com missa, procissão, fogueira, foguetes e fogos de artifício<sup>23</sup>. A Igreja do Bonfim passou a abrigar também as devoções de Nossa Senhora da Guia e São Gonçalo.

Porém, em 1773 houve uma mudança significativa da data da procissão do Senhor do Bonfim, que passou a ser realizada em janeiro, no segundo domingo após a Epifania. A antecipação dos rituais foi justificada pelo arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide por motivo de muita chuva entre os meses de março e abril, quando se celebra a Páscoa. Isso ocasionou a mudança de significado do culto, transferido do tempo da tristeza e da contrição para a alegria dos festejos do verão.

As irmandades para o culto do Cristo crucificado, criadas no século XVIII, atravessaram o XIX e algumas ainda estavam ativas na primeira metade do XX. Os arcebispos insistiam na reformulação dos compromissos, a fim de adaptá-los a nova legislação eclesiástica, o Código de Direito Canônico, publicado em 1918, que dava mais poderes ao clero para supervisionar as associações leigas e purificar as suas festas das influências de crenças não católicas. Temos a seguinte situação das irmandades na cidade alta: Bom Jesus da Cruz teve o compromisso reimpresso em 1913, Bom Jesus dos Santos Passos e Vera Cruz e Bom Jesus da Paciência foram atuantes até 1940, pois são colocadas no rol das “procissões atuais” descritas pelo cronista João da Silva Campos<sup>24</sup>. Temos as datas de extinção de duas associações: Bom Jesus dos Martírios, 1909, e Bom Jesus dos Passos dos Humil-

---

<sup>23</sup> E.A.M. Guimarães, *Religião popular, festa e o sagrado: catolicismo popular e afro-brasilidade na Festa do Bonfim*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 1994.

<sup>24</sup> J.S. Campos, op. cit.

des, 1932. Das três irmandades do Bom Jesus na cidade baixa, uma foi extinta, a do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Senhor da Redenção, mas não sabemos a data. O último registro encontrado é o compromisso reformulado em 1914. Com a extinção de muitas irmandades do Bom Jesus as espetaculares procissões da Semana Santa entraram em declínio, perdendo grande parte de seu esplendor. Duas permanecem ativas na atualidade, realizando importantes e grandiosas festas anuais, as devoções do Bom Jesus dos Navegantes e Bom Jesus do Bonfim, que fazem suas festas em janeiro. No entanto, apesar de terem o mesmo patrono, os dois festejos se diferenciaram muito a partir do século XIX, pois a festa do Senhor do Bonfim adquiriu elementos do candomblé.

Em 1804, a Devoção do Senhor do Bonfim permitiu às devotas de São Gonçalo levar a imagem do seu patrono para a igreja. Em períodos de festa, elas limpavam os ornamentos e lavavam a igreja. Esse trabalho era feito com animação no templo e nas ruas próximas. As mulheres, vestidas de branco e carregando bandeiras, eram acompanhadas por banda de música, tambores e bando de mascarados. Ao término da caminhada, erguia-se a bandeira no mastro e soltavam-se fogos de artifício. Segundo Carlos Ott, essas senhoritas foram aos poucos substituídas pelas mães e filhas de santo dos principais candomblés da cidade<sup>25</sup>. E a lavagem do templo, com cantorias e a utilização de água de cheiro (mistura de água, flores e folhas aromáticas), ganhou uma proporção inesperada. A água era retirada das fontes existentes entre a freguesia da Conceição da Praia até a Colina do Bonfim, um percurso de 8 km.

O ritual da lavagem é uma mistura de elementos do catolicismo e dos cultos afro-brasileiros. Herdamos dos colonizadores portugueses o costume de lavar as imagens, as vestimentas dos santos, os objetos rituais e as igrejas para as festas dos santos. O mesmo cuidado estava presente nas preparações dos terreiros de candomblé para as homenagens aos orixás, voduns e enquices, quando se costuravam, lavavam as roupas, os panos, os assentamentos e objetos rituais.

---

<sup>25</sup> C. Ott, "A transformação do culto da morte da Igreja do Bonfim em santuário de fertilidade", *Revista Afro-Ásia*, no.º 8-9, Salvador 1969, pp. 37-38.

As críticas à junção de elementos católicos e do candomblé incomodava as autoridades eclesiásticas e também aos visitantes estrangeiros. Maximiliano de Habsburgo considerou a Lavagem do Bonfim uma “louca bacanal”, “blasfêmia” e “resquício de paganismo”. Ele fez o percurso de caruagem. Ao chegar à colina, ficou admirado com a quantidade de fiéis e mercadores, que vendiam fitas (com a inscrição Lembrança do Senhor do Bonfim da Bahia), crucifixos, imagens de santos, chaveiros e comida afro-baiana. Ficou espantado quando percebeu “barulho e gritos estridentes de alegria” dentro da igreja:

Pelo vestibulo emanava uma atmosfera alegre e festiva. Em longa fila, estavam sentadas, junto a uma das paredes, moças negras, alegres – sua graça bronzeada não estava escondida, mas envolta em gazes transparentes e lenços de cores berrantes – em meio a um falatório estridente, nas posições mais confortáveis, sensuais e desleixadas, vendendo, parte em cestos, parte em caixas de vidro, toda espécie de bugingas religiosas, amuletos, velas e comestíveis. Para um católico respeitável, todo esse alvoroço deve parecer blasfêmia, pois nessa festa popular dos negros, misturavam-se, mais do que o permitido, resquícios do paganismo na assim chamada romaria<sup>26</sup>.

Habsburgo reduziu a lavagem, momento de devoção a Jesus e Oxalá, a uma romaria de mulheres munidas de vassouras “a fim de obter fertilidade”<sup>27</sup>. Para Habsburgo, as celebrações afro-católicas eram espetáculos exóticos.

Para os irmãos da Devoção, a Lavagem também se constituiu num ato incômodo, pois, segundo Carvalho Filho, “Esta prática foi ocasionando tais abusos, que a bem da religião e da moral mister foi extingui-la”<sup>28</sup>. No livro escrito por esse membro da irmandade há apenas um pequeno comentário sobre a celebração, como se fosse mais prudente não evidenciá-la. A descrição só aparece na nota 23:

Nessa época condenável de desmandos a que me referi, grande era a concorrência de gente de cor, mestiços e africanos de ambos os sexos que tomavam parte na *Lavagem*.

Não raro viam-se no interior da Capela mulheres lamentavelmente descompostas pelo arregaçado das saias e decote das camisas. Homens e mulheres derramavam água e com as vassouras esfregavam o lajedo em uma vozeria pelos cânticos de

<sup>26</sup> M. Habsburgo, op. cit., p.129.

<sup>27</sup> Idem, pp. 131-132.

<sup>28</sup> J.E.F. Carvalho Filho, op. cit., p. 31.

benditos e outras rezas descontraídas e diversas, ao mesmo tempo em que eram erguidos estrepitosos vivas ao Senhor do Bom-Fim e N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Guia. Difícil era conter essa gente que assim o fazia, por entender, creio eu, que desse modo não desrespeitava a Deus e bem servia ao Senhor<sup>29</sup>.

Nossos dois informantes não foram contemporâneos, mas faziam parte da elite católica, branca e letrada que se incomodava com a presença da população negra nos festejos do Bonfim. Extinguir as lavagens das igrejas era objetivo do arcebispado. Dom Luís Antônio dos Santos, com o apoio do governo do Estado, a imprensa e a polícia, conseguiu proibir o ritual. Suas normas expressas em ofícios e portarias deveriam ser respeitadas em todos os templos da capital, porém a Igreja do Bonfim é citada em função da importância da festa para os baianos e do enorme ajuntamento de pessoas pelas ruas da cidade, principalmente, pela quantidade de praticantes do candomblé, africanos e descendentes em sua maioria. Em 1889, o arcebispo publicou a seguinte portaria:

Convindo pôr termo por uma vez e para sempre aos graves abusos que cada dia vão em aumento nas igrejas por ocasião da lavagem das mesmas para as festas principais que nelas são celebradas; depois de exortarmos como já por vezes o temos feito, e por muitas vezes fizeram os nossos antecessores, e mostrando a experiência de cada dia que infelizmente não produziram efeito nossas exortações; a bem da moralidade, da santidade do culto. Temos por bem proibir, como pela presente proibimos terminantemente a prática abusiva da dita lavagem festiva em toda e qualquer circunstância.

Aos Reverendos Párocos, às administrações das igrejas e capelas havemos por muito recomendada a obediência desta nossa portaria, e os exortamos a proceder ao asseio das igrejas muito particularmente, em dia que não seja 5<sup>a</sup> feira, sem anúncio de qualquer espécie que promove ajuntamento, e com toda decência e reverência possíveis.

Dada nesta cidade de S. Salvador aos 9 de dezembro de 1889.

Dom Luís Antônio dos Santos<sup>30</sup>.

Na Portaria, endereçada aos párocos e administradores das igrejas e capelas, o arcebispo afirmava que as exortações contra tais atos, “graves abusos”, foram feitas por seus antecessores e por ele mesmo, mas não surtiram efeito. Provavelmente, a proclamação da República, em 1889, mesmo ano do documento, trouxe novos ideais, como a separação da Igreja e Esta-

<sup>29</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>30</sup> L.A. Santos, *Portaria*, Arquivo Público do Estado da Bahia, Setor Colonial, Seção de arquivos coloniais e provinciais, 9 de dezembro de 1889, maço 5209, caderno 1866, Salvador.

do, a laicização deste e projetos de modernidade arquitetônica e civilização dos costumes. As festas religiosas foram consideradas resquícios do atraso colonial. Assim, modificar ou extinguir determinadas práticas religiosas era objetivo do clero reformador e também da elite católica e autoridades civis. O arcebispo parece ter compreendido bem aquele momento histórico e solicitou o apoio da imprensa e do governo republicado para que fosse cumprida a determinação.

No dia da Lavagem, 17 de janeiro de 1890, quando as baianas chegaram à colina do Bonfim, encontraram a porta da igreja fechada e guardada pela polícia. Segundo Manoel Querino<sup>31</sup>, as vassouras e quartinhas (vasos de barro contendo água de cheiro e flores) foram apreendidas e os policiais diziam: “Hoje, aqui não há lavagem”. As proibições e críticas às lavagens não foram suficientes para que os fiéis deixassem de realizar esse ato de fé. Já não era possível entrar nos templos, mas escadas e adros foram sacralizados pelas bênçãos de pais e mãos de santo, com suas folhas, incensos e água de cheiro.

Nas primeiras décadas do período republicano houve muitas tentativas de civilizar os costumes, desafrikanizar as ruas e o catolicismo e impor novas regras eclesiásticas. Tudo isso provocou mudanças e adaptações no funcionamento das irmandades e ordens terceiras, mas, ao mesmo tempo, reações por parte dos leigos na defesa da administração das suas associações e da realização das suas festas. Ao burlar as regras, os irmãos resistiam. Tiveram, inclusive, que enfrentar a concorrência das novas associações – Apostolado da Oração, Sagrado Coração de Jesus, Sagrado Coração de Maria, Congregações Marianas e Filhas de Maria – dirigidas por párocos e incentivadas pelos arcebispos. Portanto, para os leigos, era cada vez mais difícil manter suas principais obrigações, ou seja, manter o culto e festejar, com fé e pompa, seus patronos. Na luta para não desaparecerem, alguns grupos religiosos realizaram fusões. Porém, aqueles que possuíam templos próprios, como a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia e a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo, persistiram em

---

<sup>31</sup> M. Querino, op. cit., p. 145.

suas crenças e práticas religiosas e são atuantes na promoção, respectivamente, das festas do Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Conceição da Praia e Santa Bárbara, três das principais festas religiosas de Salvador na atualidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

- Azzi, Riolando (1978), *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*, Vozes, Petrópolis.
- Boschi, Caio César (1986), *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora*, Ática, São Paulo.
- Caigny, Majolo de (1912), *A Paladina do Lar*, no.º9, Typ. Benedictina, Salvador.
- Campos, João da Silva (2001), *Procissões tradicionais da Bahia*, 2ª edição revista, Conselho Estadual de Cultura, Salvador.
- Carvalho Filho, José Eduardo Freire de (1923), *A devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua História*, Typographia de São Francisco, Salvador.
- Compromisso da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz feito em 1874 (1914), Typographia Liberty, Laboratório Eugênio Veiga, Salvador.
- Couto, Edilece S. (2010), *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*, EDUFBA, Salvador.
- Couto, Edilece S., (2012), “Bárbara e Iansã, as donas dos mercados de Salvador”, em: L. Rubim, N. Miranda (Org.), *Estudos da festa*, EDUFBA, Salvador, pp. 111-132.
- Couto, Edilece S. (2014), “Viver e morrer entre irmãos: as irmandades e ordens terceiras de Salvador – BA”, *Revista Brasileira de História das Religiões*, Ano VI, no. 18, vol. 06, Janeiro de 2014, disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/22831/12832> (consultado em: 15.03.2015).
- Farias, Sara Oliveira (1997), *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia: séc. XIX*, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Félix, Anísio (1968), “Todos hoje ao mercado de Santa Bárbara, pois é dia de Iansã”, *Jornal da Bahia*, p. 1, 04 dez.

- Ferretti, Sérgio (1995), *Repensando o sincretismo: estudo sobre a Casa das Minas*, EDUSP/FAPEMA, São Paulo/São Luís.
- Ferretti, Sérgio (2012), “Estudos sobre festas religiosas populares”, em: L. Rubim, N. Miranda (org.), *Estudos da festa*, EDUFBA, Salvador, pp. 17-32.
- Garcez, Angelina (2007), *Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia*, EDUFBA, Salvador.
- Guimarães, Eduardo A. M. (1994), *Religião popular, festa e o sagrado: catolicismo popular e afro-brasilidade na Festa do Bonfim*, Dissertação de Mestrado em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Habsburgo, Maximiliano de, (1982), *Bahia, 1860: esboços de viagem*, Tempo Brasileiro/Fundação Cultural do Estado da Bahia, Rio de Janeiro/Salvador.
- Oliveira, Waldir Freitas; Couto, Edilece Souza, (2011), *Colégio Antônio Vieira, 1911-2011: vidas e histórias de uma missão jesuíta*, EDUFBA, Salvador.
- Ott, Carlos (1969), “A transformação do culto da morte da Igreja do Bonfim em santuário de fertilidade”, *Revista Afro-Ásia*, no. 8-9, CEAO, Salvador.
- Pinto, Tânia M. de Jesus (2000), *Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia colonial*, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Querino, Manoel (1946), *A Bahia de outrora*, Progresso, Salvador.
- Reginaldo, Lucilene (2005), *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista*, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Reis, João José (1991), *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Russel-Wood, A. J. R. (1981) *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*, Ed. UnB, Brasília.
- Santos, Dom Luís Antônio dos (1889), *Portaria*, Arquivo Público do Estado da Bahia, Setor Colonial, Seção de arquivos coloniais e provinciais, 9 de dezembro de 1889, maço 5209, caderno 1866, Salvador.
- Scarano, Julita (1978), *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, Editora Nacional, São Paulo.

Tavares, Mauro Dillmann (2008), *Irmandades, Igreja e Devoção no Sul do Império do Brasil*, Oikos, São Leopoldo.

Wetherell, James (1972), *Brasil: apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857*, Banco da Bahia, Salvador.